

curiosidades

índice

mapa

“

A disponibilidade de água no planeta representa, hoje, uma preocupação mundial. Dados da ONU sinalizam para uma situação preocupante. Caso a humanidade não tome consciência da necessidade da boa gestão deste recurso,

em 2025, ou seja, dentro de 20 anos, 2/3 da população mundial começarão a sentir os efeitos de seu uso irracional. Para evitarmos uma grave crise de abastecimento é necessário que cada indivíduo contribua exercendo seu papel de cidadão em defesa deste bem, essencial a todos.

A necessidade de aprimorarmos as ações em relação à água nos levou a elaborar uma série de projetos. Um exemplo disso é o Bahia Azul, o maior programa de saneamento ambiental em andamento no país, entre outras iniciativas. É com muita satisfação que soubemos, no final do ano passado, que o Banco Mundial (Bird) elegeu o Programa de Recursos Hídricos do governo baiano um modelo para a América Latina.

Este conjunto de ações na área é, sem dúvida, um dos mais importantes e eficientes do Brasil e, representa um grande passo para a melhoria da qualidade de vida do povo baiano. Atuamos mais efetivamente no semi-árido, onde, no início de março, inauguramos a mais importante obra do governo até agora: a Adutora de Tucano, um benefício para cerca de 29 mil habitantes que vivem em 30 localidades de três municípios da região.

Ainda este ano, intensificaremos as ações na área de recursos hídricos promovendo a construção de poços, barragens de grande e médio porte, bem como adutoras e sistemas convencionais e simplificados de abastecimento de água. Sempre tendo como parceiro o Bird, que já planeja ampliar os investimentos no estado numa segunda fase do Programa de Recursos Hídricos, a partir de 2005.

Nossos esforços são para garantir a cada baiano, em especial ao sertanejo, que há décadas sofre com a seca, não só água de qualidade, mas melhores condições de vida e oportunidade de trabalho em sua terra.

A água é um recurso natural estratégico e essencial à vida e como tal precisa ser conservado, exigindo de nós uma mudança de postura para que as futuras gerações não sofram as conseqüências de sua escassez.

*Paulo Ganem Souto
Governador da Bahia*



Reciclagem de Água

A re-utilização da água como fator para a preservação ambiental e o desenvolvimento sócio-econômico

Cada vez mais, em todo o mundo, defende-se a necessidade de se rever a forma como a humanidade tem se apropriado das reservas de água potável do planeta. Todos condenam os altos níveis de poluição e o enorme desperdício que ocorre cotidianamente. Entretanto, o que a grande maioria não sabe é que este bem natural, tão escasso em algumas áreas do globo, pode ser facilmente reciclado.

Não estamos aqui falando da reciclagem natural que ocorre com o ciclo "chuva-evaporação-chuva", mas sim do reaproveitamento das águas já utilizadas nas mais diferentes aplicações. Desde a chuva, passando pelos processos industriais, até os sistemas de saneamento, existem tecnologias que permitem a reutilização da água.

Tais tecnologias são imediatamente valorizadas quando tomamos como base as imensas regiões áridas e semi-áridas da Terra, onde a escassez de mananciais dificulta o desenvolvimento social e econômico. No entanto, mesmo nas áreas com abundância de recursos hídricos, a possibilidade de reuso da água significa a garantia da melhoria da qualidade de vida da população.

Se lembrarmos que os problemas de abastecimento e saneamento em cidades como Manaus, Belém e Santarém, situadas na região amazônica, são praticamente os mesmos encontrados nos municípios do Nordeste, Sudeste e

Sul do país, veremos como a reciclagem de água tornou-se uma questão fundamental.

REUSO RESIDENCIAL E URBANO
Uma diretriz do Conselho Econômico e Social da ONU indica o conceito de que em uma região onde não existam recursos hídricos em abundância, "nenhuma água de boa qualidade deve ser utilizada para usos que toleram águas de qualidade inferior".

Contudo, esta não é uma idéia que tenha muita repercussão no Brasil, onde existe água em grande quantidade, mas com uma péssima distribuição territorial. De toda a água gasta diariamente pelas famílias brasileiras, 27% destina-se para o consumo através da ingestão direta ou preparo de alimentos, 25% para a higiene, 12% para lavagem de roupas, 3% para fins como lavagem de carros e, finalmente, 33% para as descargas de dejetos vasos sanitários. Isto significa que 1/3 da água potável que chega nas residências é utilizado na lavagem de vasos sanitários.

Para modificar este quadro basta a adoção de um sistema que utilize nas descargas a água que foi utilizada nos lavatórios e

chuveiros, a chamada "água cinzenta" (do inglês "gray water"). Tal procedimento é amplamente utilizado em diversos países, assim como a utilização deste tipo de água para usos urbanos, principalmente na irrigação de áreas verdes, aparelhos decorativos como chafarizes e espelhos d'água, lavagem de veículos públicos e armazenamento para sistemas de proteção contra incêndios.

ÁGUAS INDUSTRIAIS

Em busca da redução de custos, indústrias de todo o mundo têm passado a adotar o reuso, inclusive com a compra direta de efluentes tratados junto às companhias de saneamento. Na Região Metropolitana de São Paulo, o preço da água reciclada chega a ser 50% menor do que a água distribuída normalmente, dependendo das condições de instalação das empresas.

Tal vantagem também está sendo obtida pelo setor industrial baiano, apesar dos custos ainda não serem tão favoráveis



quanto no Sudeste brasileiro. No Pólo Petroquímico de Camaçari, serviços como resfriamento de torres e caldeiras, lavagem de pátios e peças, irrigação de áreas verdes, e até mesmo obras de construção civil e processos industriais efetivos têm se tornado muito mais rentáveis com a utilização de águas residuais.

"Estamos desenvolvendo ações junto aos maiores usuários de água do estado para despertarmos a consciência de que, além da questão da preservação, o reuso da água também significa uma grande economia financeira", ressaltou o secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Jorge Khoury.

Segundo ele, entre as propostas que estão sendo elaboradas está o desenvolvimento de um programa envolvendo as indústrias e empresas de maior porte, onde cada empresa que adotasse o sistema de reutilização apadrinhasse uma pequena empresa, transferindo tecnologia e informação.

DESAFIO PARA A AGRICULTURA

Segundo a ONU, se a quantidade de água utilizada na agricultura fosse reduzida apenas 10%, o volume economizado seria o suficiente para abastecer o dobro da população mundial. Levando-se em conta que cerca de 60% dos recursos utilizados na irrigação são perdidos via

evaporação ou percolação – infiltração em uma superfície porosa, como o solo –, a tarefa de se economizar água não parece das mais difíceis.

Atualmente, no Brasil aproximadamente 63% da demanda por água vêm da agricultura, especialmente de projetos de irrigação. Entretanto, os métodos utilizados são os menos eficientes do mundo, como o borrifamento, o uso de pivôs centrais ou a simples inundação superficial, seguindo um modelo criado 3500 anos a.C. pelos egípcios.

Diante desse quadro, a adoção de tecnologias que evitem o desperdício e utilizem águas provenientes de sistemas

de saneamento representa um grande passo. Experiências comprovam que esgotos domésticos tratados adequadamente, ou seja, com a aplicação de todos os procedimentos físico-químicos para controle de micropoluentes, podem ser utilizados normalmente para agricultura.

O encarecimento do custo final desta água é compensado pelo aumento da produtividade e a economia de fertilizantes, já que a aplicação de esgotos implica numa grande quantidade de matéria orgânica.

Outra vantagem do reuso é a conseqüente proteção aos rios e lagoas, que hoje recebem quase 90% dos dejetos domésticos, e não só deixarão

de ser o destino dos esgotos como terão a retirada de água de seus leitos reduzida.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Além dos altos custos, que podem ser facilmente contornados, a dificuldade de se introduzir esta prática no Brasil também é cultural. "As pessoas não consumirão alimentos produzidos com água reutilizada devido ao medo de alguma contaminação", salientou Luiz Mário Gentil, da Coordenação de Programas e Projetos da Superintendência de Políticas Ambientais da Semarh. "Acontece que o perigo é muito maior ao se utilizar água retirada diretamente de rios e poços, que não obedecem a qualquer controle e podem



facilmente estar poluídos", alertou.

Apesar do receio de alguns, o tratamento intensivo dos esgotos domésticos há décadas tem garantido o combate à fome e à sede em alguns países em desenvolvimento. Na República da Namíbia, país desértico no sudoeste africano, desde 1968 os esgotos domésticos são tratados e re-introduzidos no sistema de abastecimento público com segurança. Inclusive, estudos epidemiológicos realizados constantemente comprovam que as principais doenças transmissíveis recorrentes no país nada têm a ver com a água reciclada.

Já em países como a Índia, Indonésia e Peru o reuso de água tornou muito



mais produtiva a prática de aqüicultura - a produção em cativeiro de organismos com habitat aquático, tais como peixes, camarões, rãs, entre outras espécies. Na cidade indiana de Calcutá, onde há os maiores criatórios de peixes, há várias décadas os animais são alimentados exclusivamente com os esgotos.

Experiências na Bahia

Na Bahia, a reciclagem de água para irrigação praticamente é utilizada apenas em projetos particulares. O governo do Estado tem procurado dar apoio técnico a estas iniciativas e estuda a possibilidade de lançar, junto a agentes financeiros, linhas de crédito especiais para produtores que adotem tecnologias que utilizem a água mais racionalmente.

Em 2003, o primeiro grande evento organizado pela SEMARH, logo após a sua criação, foi o seminário "Tratamento e Uso de Águas Residuárias na América



Latina". Realizado em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), o evento foi coordenado pela ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e contou com a participação de especialistas do Peru, país onde o reuso é previsto pela legislação. "A capacitação dos cerca de 50 técnicos de órgãos do governo foi a primeira etapa de um programa que será encampado mais adiante, visando a expansão do reuso de água na Bahia, através da disponibilização de informações e incentivo a novos

projetos", destacou Luiz Gentil.

Paralelamente aos empreendimentos particulares, algumas Prefeituras começam a elaborar programas de reciclagem de seus recursos hídricos. Nos municípios de Caculé e Luís Eduardo Magalhães, projetos embrionários estão sendo desenvolvidos para a reutilização dos esgotos domésticos na agricultura. A expectativa em Luís Eduardo

Magalhães é que a água reciclada seja aplicada em floriculturas. "Ao passo que estaremos preservando nossos mananciais, proporcionaremos a geração de empregos, já que todo o processo utilizará como mão-de-obra as famílias carentes do município", destacou o prefeito Oziel Alves Oliveira.





Nos últimos anos, os debates em torno da necessidade de se racionalizar o uso da água em todo o planeta têm se tornado constantes. O ano de 2003 foi definido pela ONU como o Ano Internacional da Água Potável e, mais recentemente, a CNBB lançou a Campanha da Fraternidade de 2004 com o tema "Água, Fonte da Vida".

Na Bahia, as questões relacionadas à utilização e preservação dos recursos hídricos estão concentradas, desde o início do atual governo Paulo Souto, na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), tendo à frente o secretário Jorge Khoury.

Engenheiro civil e economista, Jorge Khoury Hedaya é natural de Juazeiro, onde, em 1975, tornou-se superintendente do Distrito Industrial do São Francisco. De lá para cá, passou por diversos cargos, sempre voltados para o desenvolvimento sócio-econômico da Bahia. Foi eleito prefeito da cidade por duas vezes, em 1983 e 1988. Em 1991, elegeu-se deputado federal, cargo para o qual foi reeleito em 1995, licenciando-se para assumir a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração da Bahia. Em seu quarto mandato como deputado federal, Jorge Khoury novamente foi convidado a dirigir uma pasta no governo estadual, assumindo, em 2003, a recém-criada SEMARH.

Bahia Viva - Como o governo do Estado tem encarado a questão do gerenciamento dos recursos hídricos?

Jorge Khoury - Em todo o mundo, o uso da água passa por uma grave crise, com crescente poluição, desperdício, privatização dos mananciais e, principalmente, má distribuição. Diante disso, os debates são fundamentais.

Para nós, que estamos no Nordeste brasileiro e que temos 2/3 da Bahia

dentro do semi-árido, a questão da água passa a ter uma força ainda maior, tanto que, diferente de outros Estados que possuem secretarias do meio ambiente, a Bahia conta com uma Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que traz em seu próprio nome a necessidade de se frisar a importância da água dentro os recursos naturais.

O governador Paulo Souto, desde seu primeiro mandato, defende que os

problemas do Nordeste sob o ponto de vista da água jamais serão resolvidos sem uma visão global, com a elaboração de uma política que tenha um horizonte mais distante, como um plano decenal de recursos hídricos, por exemplo, algo que extrapole o tempo de um mandato. Para chegarmos a esse ponto, os planos diretores de todas as bacias hidrográficas do Estado foram elaborados e agora em 2004 concluiremos o Plano Estadual de

Recursos Hídricos, que norteará todas as intervenções a serem feitas na Bahia.

Bahia Viva - Ao se falar de recursos hídricos na Bahia é impossível não se falar do Rio São Francisco, que está com sua transposição prevista em projeto do governo federal, inclusive com o anúncio de que as primeiras ações com este objetivo começariam este ano. Qual a posição da Bahia com relação a esse projeto?

Jorge Khoury - O Brasil dentro do cenário mundial tem uma boa performance, com cerca de 12% da água doce disponível no mundo. No entanto, dentro do país ela é mal distribuída. Do total que o Brasil possui, o Nordeste tem apenas 3%. E, deste volume, 75% estão na Bacia do São Francisco. Daí a utilização destas águas serem tão discutidas.

A proposta atual de transposição é melhor do que as anteriores, pois prevê a revitalização do rio e o atendimento a demandas dos Estados que compõem a bacia hidrográfica. Evidentemente, isso torna o projeto mais completo, mas também mais oneroso. E, como vivemos em um período econômico delicado, o gasto de mais de 6 bilhões de dólares

como está sendo especulado nos deixa apreensivo.

Há ainda uma deficiência no que se refere à divulgação dos estudos e o detalhamento do projeto de transposição. Não sabemos se essa é a melhor solução. Faltam elementos. E diante dessa situação só podemos assumir uma posição crítica à proposta.

Bahia Viva - Mas o senhor acredita que a transposição acontecerá?

Jorge Khoury - A verdade é que o governo federal quer realizar o projeto. Mas tem muita coisa indefinida ainda. Não é possível se assumir um empreendimento desse porte sem se saber se há dinheiro para tal, sem que sejam feitas simulações, abordagens sociais e ambientais.

Sabemos que há a necessidade de um programa de equalização hídrica do Nordeste brasileiro que leve em consideração as diferentes demandas regionais, os ciclos de cada bacia hidrográfica e até mesmo o regime de chuvas. Para se ter uma idéia, somente dentro da Bahia temos um regime de chuvas complexo: a época em que chove na região de Barreiras não é a mesma

de Juazeiro, que também não é a mesma de Salvador, que não é igual à de Lençóis. É preciso se visualizar a situação do Nordeste como um todo, para daí então se traçar uma verdadeira integração das bacias.

O Comitê da Bacia do São Francisco definiu em assembléia que jamais será contra o uso da água para abastecimento humano. Acontece que na proposta de transposição o abastecimento humano fica em torno de 20% do total que se pretende transferir para o Nordeste Setentrional.

Outro ponto de destaque é a definição de que qualquer intervenção no rio só deve ser feita após a aprovação do Plano Hidrográfico da Bacia do São Francisco, o que deve ocorrer na próxima reunião do Comitê, em meados desse ano.

Bahia Viva - Que medidas estão sendo tomadas em relação às bacias hidrográficas estaduais?

Jorge Khoury - Já está em fase de finalização o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que possibilitará o dimensionamento da questão em todo o Estado, identificando-se as ações de cada Secretaria e como se darão as inter-relações. Só a partir de então, poderemos traçar metas mais amplas como defende o Plano Estratégico de Desenvolvimento, apresentado recentemente pelo governador Paulo Souto à sociedade baiana, que tem um horizonte de 20 anos, sendo reajustado a cada quatro anos pelo PPA - Plano Pluri-Anual.

Paralelamente, já estamos trabalhando nas bacias dos rios Itapicuru e Paraguaçu. Na Bacia do Itapicuru está



sendo construída a Barragem de Pindobaçu, no Rio Itapicuru-Açu, beneficiando cerca de 100 mil pessoas, e vamos começar a implantação da Barragem de Barroca do Faleiro, sobre o próprio Rio Itapicuru, que atingirá mais de 50 mil moradores da região de Senhor do Bonfim e Jaguarari. Com essas intervenções, complementamos o ciclo necessário para se assegurar a perenidade do Rio Itapicuru, que é o pior rio que nós temos neste sentido.

Ao contrário dele, o Rio Paraguaçu é o único rio estadual perene, mas foi escolhido devido à sua importância. Abastecendo as duas maiores cidades baianas, Salvador e Feira de Santana, o Paraguaçu é responsável por 50% da água de toda região metropolitana e responde por 60% das atividades da Embasa. Ou seja, um problema no rio é um verdadeiro caos para milhões de pessoas. Por conta disso foi feita a Barragem de Pedra do Cavalo e agora está sendo implantada a Barragem de



Bandeira de Melo, entre os municípios de Itaetê e Boa Vista do Tupim. O objetivo é regularizar a vazão do rio, que hoje possui uma variação muito grande, propiciando um melhor planejamento para o abastecimento humano, irrigação e a piscicultura.

Essa regularidade de fluxo vai assegurar uma entrada muito menor de água do mar no leito do rio, reduzindo a salinização das águas na região de Cachoeira e São Félix, problema identificado desde a construção da Barragem de pedra do Cavalo, obra importante sem a qual, com as chuvas deste ano, as cidades de Cachoeira e São Félix teriam sido inundadas.

Bahia Viva - Em relação aos rios urbanos o que tem sido desenvolvido?



Jorge Khoury - Junto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano estamos desenvolvendo um programa para a recuperação e manutenção dos mananciais que abastecem a região metropolitana de Salvador. No momento ainda estamos na fase de montagem da proposta que visa, não só a revitalização ambiental, como o aproveitamento dessas águas para diversos fins. O programa está posto, mas precisamos atacar por partes. Primeiro estamos trabalhando no Paraguaçu que é a metade de tudo isso, depois vamos nos concentrar em outras áreas.

Bahia Viva - No Nordeste, falar em água é falar em seca. Quais as principais ações implantadas para amenizar os impactos do problema?

Jorge Khoury - Antigamente, a questão era: "não tem água, então leva água até o local, faz um poço, um açude, uma adutora". Isso "resolve" de forma pontual a falta de água, mas está muito distante de possibilitar uma convivência

com a seca, de permitir que uma família viva no local.

Acho que hoje temos uma visão mais madura em relação ao problema da seca. Para resolver um problema como esse é necessária uma ação coordenada de diversas frentes. O próprio governador, na primeira reunião que teve com o secretariado, deixou claro seu interesse em desenvolver projetos integrados. É uma coisa difícil, mas está acontecendo e os resultados serão vistos mais no futuro. Diversos programas estão sendo desenvolvidos, como o Cabra Forte, o Viver Melhor Rural, Terra Fértil, que envolvem várias Secretarias, tornando o trabalho mais complexo.

Antes de tudo, temos a SEMARH, responsável em garantir a água, com poços, barragens, adutoras, o que for necessário. Depois, a Secretaria de Agricultura (Seagri), que faz o levantamento das atividades econômicas que a água propicia, se agricultura com irrigação, criação de caprinos, ovinos e piscicultura.

Enquanto a Seagri cuida ainda da capacitação do pessoal e da seleção das culturas mais adequadas ao mercado, a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp) atua junto à mulher, à mãe, os filhos do produtor, cuidando da qualidade de vida das famílias, da situação sanitária, da educação, saúde etc.

E, finalmente, temos a intervenção da



"Há 30 anos, falava-se que o desenvolvimento ia para um lado e o meio ambiente para o outro. Hoje, os dois caminham juntos: desenvolvimento com respeito ambiental".

Secretaria de Planejamento (Seplan), através da CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, que trata das questões coletivas relacionadas à produção, cuidando da coordenação e das obras e serviços de infra-estrutura.

Bahia Viva - De que forma a questão da educação ambiental está sendo abordada?

Jorge Khoury - A Educação Ambiental tem que estar em todos os ambientes, escola, família, trabalho, mas na minha visão 80% do esforço têm que ser para o Ensino Fundamental. Acredito que, se as crianças captarem isso de uma maneira precisa, a geração futura vai chegar preparada. Não vai ser com policial,

multa, fiscal, que teremos um ambiente equilibrado. É lógico que temos que contar com estes agentes, mas o grande trabalho, sem dúvida, é a conscientização, a contaminação da sociedade como um todo, da importância da preservação ambiental no contexto do homem.

Já há uma escola totalmente nova, diferente daquela de quando se começou a falar em meio ambiente há 30 anos. Antigamente se falava que desenvolvimento ia para um lado e meio ambiente para o outro. Agora não, os dois caminham juntos, o desenvolvimento com o respeito ambiental.

Estamos trabalhando na montagem de uma comissão interinstitucional para tratar da Educação Ambiental. Todo mundo fala sobre o tema hoje: Ministério Público, OAB, ABI e diversos segmentos da sociedade. Não queremos discutir quem é o responsável. Responsáveis somos todos. Queremos é que se faça algo que venha colaborar com a mudança de nossa cultura. A sociedade tem que rever a idéia que tem sobre os bens naturais. Em alguns o uso da água é racionalizado, tendo escritura de água como temos escritura de terra. Aqui não, as pessoas ainda vêem a água como um bem de todos e, portanto, sem controle, cada um tirando quanto quer. São essas coisas que o Brasil inteiro e nós também estamos começando a entender melhor agora.

Eventos políticos e culturais marcam a Semana da Água

Para marcar a passagem da Semana da Água, entre 22 e 28 de março, o governo do Estado programou uma série de atividades relacionadas ao tema.

O principal fato político inserido na agenda foi o encaminhamento à Assembléia Legislativa do projeto de criação do PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos. A partir daí uma extensa programação foi definida, contando com a assinatura de autorizações para inícios de obras de infra-estrutura, apresentações culturais,

realização de palestras sobre assuntos relativos à água e entrevistas nos principais meios de comunicação.

Entre os eventos previstos, destacam-se ainda os lançamentos do site da SRH – Superintendência de Recursos Hídricos (www.srh.ba.gov.br) e do livro "Bacias Hidrográficas da Bahia, que traça a história natural dos principais ambientes hídricos do Estado; a realização da exposição "São Francisco, Protetor das águas"; e a premiação do concurso escolar "Amigo da Água".



Patrono das águas

Convidado pela SRH, o artista plástico Gilberto Mello montou uma exposição, no Shopping Barra, intitulada "São Francisco, Protetor das águas". Utilizando a técnica de colagem de flores, sementes, cascas de árvores etc, o artista, nascido em Santo Antonio de Jesus, chegou a presentear o papa João Paulo II com uma de suas obras. Hoje, o quadro está exposto no Museu do Vaticano.



Concurso alerta para problemas da água

Contando com a participação de aproximadamente 20 mil alunos da rede estadual de ensino, que escreveram redações sobre a água no dia 5 de março, o concurso "Amigo da Água" procurou incentivar os estudantes para o conhecimento em relação às questões ambientais, estimulando a consciência acerca do uso adequado e eficiente dos recursos hídricos.

Organizado pela SEMARH, através da SRH, em parceria com a SEC – Secretaria de Educação, o concurso ofereceu prêmios para os três primeiros colocados e também para a escola do estudante que apresentou a melhor redação. Para os alunos foram destinados, um computador, um micro-system e uma bicicleta. Já para a escola "Amigo da Água" foi elaborado um kit contendo vasto material pedagógico, com cartilhas, informativos e vídeos. Além disso, a SRH se comprometeu a realizar uma série de palestras sobre o tema na própria instituição de ensino.

Bahia premiará ações em defesa do meio ambiente

Com o objetivo de identificar e divulgar experiências bem sucedidas voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental na Bahia, a SEMARH lançou no final do ano passado o Prêmio Bahia Ambiental 2004.

O público alvo são empresas, pesquisadores, universidades, centros de pesquisas, organizações do terceiro setor e prefeituras municipais.

No total, serão distribuídos R\$ 200 mil em prêmios, divididos nas categorias: empresa sustentável (sub-dividida em micros e pequenas empresas e empresas de médio e grande porte); idéia sustentável (pesquisa acadêmica, mestrado e doutorado) e atuação sustentável, que premiará iniciativas que contem com a participação efetiva da sociedade. Também será conferido o prêmio de "município sustentável", direcionado às administrações que

obtiveram resultados positivos no que se refere à qualidade ambiental.

Entre as metas do concurso estão o incentivo às pesquisas na área ambiental e a criação de um banco de dados sobre experiências e idéias eficazes. Os trabalhos serão catalogados e estarão disponíveis no Centro de Informações e Memória Ambiental (CIMA), do CRA – Centro de Recursos Ambientais.

O julgamento dos trabalhos será feito por uma comissão julgadora a ser integrada por profissionais capacitados nas áreas afins, a critério da coordenação do prêmio.

As inscrições se encerram agora em março e a premiação ocorrerá em junho. Maiores informações no site www.seia.ba.gov.br ou pelo telefone (71) 3115-3838.



Governo do Estado dá apoio à campanha da CNBB

Em audiência com o arcebispo-primaz do Brasil e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella Agnelo, ocorrida em fevereiro, o secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Khoury, firmou o apoio do governo do Estado à Campanha da Fraternidade deste ano, cujo tema é "Água, Fonte da Vida". Durante o encontro, os dois discutiram detalhes da

campanha e as linhas de ação do governo que podem subsidiar a iniciativa da Igreja Católica.

Promovidas através de programas e projetos de infra-estrutura hídrica, como Projeto Tucano, o Viver Melhor Rural, Pró-Gavião e Bahia Azul, as intervenções do governo incluem obras de saneamento básico, construção de barragens, adutoras, cisternas e perfuração de poços artesianos e

tubulares – que já atingiram a marca das 10 mil unidades.

"Justamente quando a Campanha da Fraternidade comemora seus 40 anos no Brasil, o tema adotado é um dos mais importantes, demonstrando a preocupação da Igreja com o futuro sócio-ambiental do país", declarou Jorge Khoury, lembrando o programa de cisternas mantido pela instituição religiosa, principalmente na região do semi-árido.

Plano traçará diretrizes para o uso da água na Bahia

Com cerca de 13 milhões de habitantes em 567 mil km², a Bahia é o quarto estado mais populoso do país e o quinto em extensão territorial. Contudo, quase 70% desta área estão inseridos na região do semi-árido, fazendo com que aproximadamente 6 milhões de baianos enfrentem sérias dificuldades para se desenvolver social e economicamente, devido à escassez de água.

Buscando atingir a equalização hídrica das bacias hidrográficas do estado, o que possibilitará a todos os baianos o acesso à água, independente de sua distribuição pelo território, a SEMARH elaborou o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-BA).

Instrumento imprescindível para o planejamento da gestão dos recursos

hídricos, o Plano dará um dimensionamento da relação entre as demandas sócio-econômicas e a realidade dos recursos naturais, analisando o crescimento

demográfico, a evolução das atividades produtivas e as modificações ocorridas no ecossistema.

"A transformação da nossa realidade e o crescimento dos pólos de desenvolvimento da Bahia têm como fator essencial a disponibilização de água", frisou o diretor geral da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), Manfredo



Pires Cardoso, lembrando que o PERH-BA tem uma perspectiva de longo prazo, até 2020, coincidindo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado.

As ações do PERH-BA serão definidas com base no diagnóstico das 13 principais bacias hidrográficas – agrupadas em 10 Regiões Administrativas da Água (RAAs)

– e têm entre suas principais metas o desenvolvimento de programas para o tratamento de esgoto e resíduos sólidos (lixo), controle da poluição, utilização da chuva e gestão da oferta de água, com projetos para reserva e distribuição visando a irrigação e o abastecimento humano e animal.

Segundo o assessor técnico da SRH, Aldo Carvalho, espera-se que nos primeiros 10 anos de aplicação do Plano mais de 50% das pessoas que atualmente não têm acesso a água passem a recebê-la regularmente. "Para isso, o PERH-BA funcionará como um instrumento de coordenação de todos os programas, articulando as ações dos diferentes gestores e secretarias", afirmou.



Descentralização garante eficácia da gestão hídrica

Seguindo a política de descentralização e participação popular na gestão hídrica, o governo estadual lançou, em 1997, o Projeto de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, o PGRH/BA. Negociado junto ao Banco Mundial, o projeto estabelece um investimento total de 85 milhões de dólares, sendo 60% do banco e 40% proveniente das contas do governo do Estado.

Apoiado nos princípios definidos pela Lei Federal 9.433/97 e a Lei Estadual 6.855/95, o PGRH/BA tem promovido a integração entre as instituições sociais e as diferentes esferas do poder público. "Trata-se de um instrumento fundamental para se traçar um diagnóstico das bacias hidrográficas e se definir parâmetros para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, tomando-se como base as peculiaridades de cada bacia no que se refere às características de seus recursos naturais e as demandas que estão colocadas", avaliou Luiz Mousinho Azevedo, coordenador geral da UGP - Unidade de Gestão de Projeto, entidade da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), que trata da execução do PGRH/BA.

BARRAGENS

A implantação do PGRH/BA está sendo feita através de três programas-piloto desenvolvidos nas Bacias do Itapicuru, Verde/Jacaré e alto Paraguaçu. Estas bacias apresentam altos índices de pobreza e foram selecionadas devido aos impactos que o gerenciamento integrado da água representará, possibilitando uma grande melhoria na qualidade de vida da população e a geração de um pólo de desenvolvimento na região. A expectativa é que somente nas três bacias cerca de 1,9 milhão de pessoas sejam beneficiadas.

Além de investir em obras como poços, barragens e infraestrutura para irrigação, o PGRH também está promovendo ações de educação ambiental, através do desenvolvimento de atividades de caráter informativo e didático junto às lideranças comunitárias.

Entre os projetos que integram o PGRH/BA está o Sistema Ponto Novo, constituído por uma barragem, um sistema de abastecimento de água e um projeto de irrigação com eletrificação, visando beneficiar 120 mil pessoas nos municípios de Ponto Novo, Caldeirão Grande, Filadélfia, Itiúba, Queimadas e Senhor do Bonfim. A barragem contribuiu para perenizar 80 km de curso d'água e demandou o reassentamento de 83 famílias, que receberam cestas básicas e ajudas de custo em dinheiro até que pudessem se sustentar com a produção agrícola desenvolvida nas novas terras, o que aconteceu a partir de 2001.

Mais recentemente, uma importante obra em execução é a Barragem de Pindobaçu, iniciada em julho de 2003, e que tem como objetivo regular o volume de água reservado pela Barragem de Ponto Novo, estabilizando o fluxo do Rio Itapicuru-Açu. Isto garantirá a regularidade de abastecimento para cerca de 100 mil moradores das sedes municipais de Pindobaçu, Saúde, Caem e Jacobina.



Também na Bacia do Itapicuru, estão sendo iniciados os procedimentos para a construção da Barragem de Barroca do Faleiro, que atingirá mais de 50 mil moradores dos municípios de Senhor do Bonfim e Jaguarari.

Já em relação à Bacia do Paraguaçu, o único rio estadual perene, encontra-se em fase de implantação a Barragem de Bandeira de Melo, que será utilizada para irrigação e o abastecimento de mais de 100 mil pessoas em municípios como Andaraí, Boa Vista do Tupim, Ibiquera, Itaberaba, Rafael Jambeiro, entre outros.

A intervenção estabilizará a vazão do rio, possibilitando a irrigação de 19 mil hectares de terras férteis, e formará um lago com 111,59 milhões de metros

cúbicos de água de excelente qualidade. Segundo a Bahia Pesca, o reservatório poderá atingir a produção de 200 toneladas de peixe por ano.

PEDRA DO CAVALO

Outra vantagem da Barragem de Bandeira de Melo é o fato de que, com a regularidade do fluxo, as comportas da Barragem de Pedra do Cavalo poderão ficar abertas continuamente. E mesmo uma vazão mínima será suficiente para recuperar parte do ecossistema do baixo Paraguaçu, principalmente os manguezais, que vêm sofrendo um crescente processo de salinização devido à entrada de água do mar no leito do rio nos períodos em que as comportas estão fechadas.

ÁGUA SUBTERRÂNEAS

Para a Bacia do Verde/Jacaré, a SRH firmou um convênio com o Instituto de Geociências da UFBA para avaliação dos recursos hídricos subterrâneos do calcário bambuí, que ocorre na região de Irecê. A área tem 10 mil hectares de terra irrigados através de poços tubulares, o que indica a existência de águas subterrâneas com um grande potencial.

Entretanto, a principal intervenção na região será a construção de uma barragem para a regularização do Rio Verde, prevista para a segunda etapa do PGRH-BA.



A Cerb foi a pioneira no Nordeste a instalar nos poços tubulares equipamentos dessalinizadores, que são responsáveis em reduzir o alto teor de salinidade da água extraída do solo, tornando-a própria para o consumo humano. Hoje, a Bahia é o estado com o maior número de aparelhos instalados no país.



LEVANTAMENTO DE DADOS
Segundo o coordenador de Programas de Barragens da Companhia de Engenharia Rural da Bahia (Cerb), Augusto Mustafa, este será um ano atípico, pois pela primeira vez a empresa estará atuando simultaneamente para a instalação de três barragens. "Existe uma grande demanda no setor, mas as execuções estão sendo feitas por bacias hidrográficas, porque não adianta sair espalhando sistemas de retenção de água por todo o estado sem uma ação integrada", ressaltou o engenheiro Mustafa, enfatizando que a viabilidade técnica e econômica dos projetos são indicados pelos planos diretores das bacias.

Com o intuito de reforçar o processamento das informações que dão suporte ao planejamento das ações, ao controle das operações e à fiscalização, foi criado o Sistema de Informação de Recursos Hídricos (SIRH). Envolvendo o Sistema de Informação Geográfica e o Sensoriamento Remoto, o SIRH é alimentado com dados coletados pelas

redes Meteorológicas e Hidrométricas (pluviômetros, fluviômetros etc), permitindo a análise de todo o meio físico, associando-os aos aspectos sociais, econômicos e políticos.

Para viabilizar o SIRH foi implantado um Banco de Dados de Recursos Hídricos, que resultou na elaboração do SSD – Sistema de Suporte e Decisão. Também foi dado início à modelagem digital e a implementação do Sistema de Informação Georreferenciada.

AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS

No final do ano passado, o Banco Mundial (BIRD) anunciou que as ações desenvolvidas pelo governo do Estado na área de recursos hídricos servem de referência para os países da América Latina. A informação foi dada pelo gerente da área de recursos hídricos da instituição, Musa Asad, durante audiência com o governador Paulo Souto, em dezembro de 2003. Na ocasião, Asad revelou também que o banco pretende ampliar os investimentos na Bahia numa segunda fase do projeto, a partir de 2005.



Confira os 10 principais projetos da CERB

- * Barragem de Bandeira de Melo
- * Projeto Tucano
- * Barragem de Pindobaçu
- * Adutora de Araci
- * Barragem de Barroca do Faleiro
- * Eletrificação Senhor do Bonfim-Ponto Novo
- * Adutora de Paratinga
- * Adutora de Biritinga
- * Sistema de esgotamento sanitário de Itati-Tororó
- * Sistema de abastecimento de água do Ribeirão do Largo

Projeto Tucano leva água para o semi-árido

"Esta é a obra mais importante do governo até agora". A afirmação foi feita pelo próprio governador Paulo Souto, no dia 5 de março, durante a inauguração da primeira etapa do Projeto Tucano, importante programa que utilizará águas subterrâneas para o abastecimento e irrigação de 46 municípios da região nordeste do estado, totalizando quase um milhão de pessoas beneficiadas. "O trabalho realizado proporcionará condições para que o sertanejo, mesmo nos tempos de seca, possa produzir", afirmou Souto, salientando que "apesar de todas as dificuldades que o Brasil está vivendo, a Bahia continua trabalhando, principalmente pelo homem do sertão, pelo homem do campo".

Com cerca de 13% da população baiana, a Bacia Sedimentar de Tucano tem em seu subsolo cerca de 56 mil

km² de água subterrânea que será explorada com a utilização de poços tubulares de aproximadamente 400 metros de profundidade, com uma vazão de mais de 200 m³/hora.

De acordo com o presidente da Companhia de Engenharia Rural da Bahia (Cerb), Pedro Avelino, a estimativa é que cada poço seja suficiente para atender até três municípios, através de adutoras com até 100 km de extensão.

"O projeto contribuirá de forma decisiva para o desenvolvimento sócio-econômico da Bacia de Tucano, sendo o ponto de partida para se modificar o quadro atual dos municípios situados no Polígono da Seca", avaliou o presidente da Cerb.

Nesta primeira etapa, serão atingidos os municípios de Quijingue, Cansanção e Nordestina, englobando-

se 30 localidades com cerca de 29 mil habitantes.

Produção agrícola

A água obtida pelo sistema será usada para o abastecimento humano, a criação de ovinos e caprinos e a produção de hortaliças e frutas, que será voltada para o atendimento da demanda da Região Metropolitana de Salvador e outras capitais nordestinas. O governo do Estado garantirá toda a infra-estrutura de irrigação, energia e transporte para as áreas comuns do empreendimento. Já o custeio da lavoura e a compra de equipamentos serão financiados pelo Desenbahia.



Utilização da chuva pode mudar realidade do abastecimento no Brasil



Um dos países mais ricos em recursos hídricos, o Brasil, paradoxalmente, enfrenta sérios problemas no que se refere ao abastecimento de água potável. Não somente os municípios localizados no semi-árido, onde certamente estão as maiores dificuldades, mas também grandes centros urbanos com altos índices pluviométricos enfrentam constantes racionamentos e sofrem de má distribuição.

Contudo, experiências demonstram que o controle da água da chuva pode amenizar estas situações. O problema está na captação e armazenamento desta água, mas alguns projetos da sociedade civil têm provado que é possível reverter este quadro.

Entre as iniciativas recentes está o projeto PIMC, coordenado pela ASA – Articulação no Semi-Árido, uma rede

formada por 750 organizações não-governamentais, que pretende alcançar a meta de um milhão de cisternas construídas, e já atingiu dez mil unidades em sua primeira etapa. Porém, o programa, cujo nome completo é Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais, não prevê apenas a construção de sistemas para armazenamento de água. O PIMC trata ainda da capacitação das famílias beneficiadas, que, entre outras coisas, aprendem a coletar e tratar a água armazenada.

PISCINÕES

Nos locais onde há maiores índices pluviométricos as possibilidades

extrapolam o armazenamento para consumo. Nos últimos anos, as administrações públicas têm construído imensos tanques, chamados "piscinões", revertendo o velho costume de tratar a água da chuva como esgoto. Ao invés de escoar pelos bueiros para as galerias pluviométricas, essas águas são retidas e utilizadas para irrigação de parques e jardins, lavagem de ruas e pátios, descargas em banheiros públicos, entre outros fins. Devido à sua eficiência, tal método começou a ser implantado também em condomínios residenciais, chácaras, indústrias etc.

Obras em Araci já foram iniciadas

O secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Khoury, esteve no dia 1º de março em Araci para assinar a ordem de serviço para a construção do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do município, localizado no Polígono das Secas.

A previsão desta primeira etapa é que sejam instalados 27 km de adutora, atendendo cerca de duas mil pessoas nas localidades de Serra e João Vieira, além do distrito de Arapuá, no município de Tucano.

O projeto total da Cerb - Companhia de Engenharia Rural da Bahia prevê o beneficiamento de mais de 20 mil pessoas em 47 localidades, com a construção dos 90 km de adutora sendo financiada através de um acordo entre o Estado e a Caixa Econômica Federal.

Segundo o secretário, a intenção do governador Paulo Souto é que projetos deste tipo façam parte de ações globais, beneficiando regiões inteiras e não áreas específicas. "Esta obra, por exemplo, será

abastecida pela Bacia Sedimentar de Tucano, que visa atender a toda a região e não comunidades isoladas", completou.

Na região, já foram perfurados dois poços tubulares profundos, entre os distritos de Tracupá e Olhos D'Água, que servirão de mananciais para atender ao sistema.

A economia do município de Araci, que possui 47.584 habitantes, é baseada na pecuária e na agricultura, principalmente feijão, milho e mandioca.

Ampliação da Adutora do Feijão deve recomeçar ainda este ano

Importante instrumento para o combate à seca, a Adutora do Feijão, na região de Irecê, deve ter sua ampliação retomada ainda em 2004. Pelo menos esta é a expectativa do governo do Estado, que aguarda a liberação dos recursos provenientes do governo federal para retomar as obras da 3ª. etapa do empreendimento.

Realizada com recursos do Pró-Água, um subprograma federal que integra o Programa Brasil em Ação, a ampliação da adutora foi paralisada no ano passado por falta de verbas. "O programa é fruto de um convênio entre Estado e União, com a participação do Banco Mundial (BIRD)", explicou o consultor da Coordenação Técnica do Pró-Água, Arlindo Fraga Leite, acrescentando que 2003, foi um ano de contingência dos recursos por parte do governo federal, o que inviabilizou a continuidade das



obras destinadas ao atendimento de 55 mil moradores do semi-árido.

Entre as demandas apresentadas pelo governo do Estado que estão sendo desenvolvidas com recursos do Pró-Água, destacam-se ainda os estudos para a instalação dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs) de Caetité, Santana e Tanhaçu; a instalação de 17 biossistemas de saneamento básico em pequenas comunidades do semi-árido; e a implantação de cinco SAAs e sete SIAAs - Sistemas Integrados de Abastecimento de Água, que atendem a mais de uma localidade - que beneficiarão

mais de 10 mil pessoas em 30 localidades dos municípios de Souto Soares, Seabra, Iraquara, Canarana e Ponto Novo.

CONSCIENTIZAÇÃO

Atendendo uma exigência do acordo de empréstimo junto ao BIRD, os projetos que utilizam

dinheiro do Pró-Água trazem em suas diretrizes a realização de campanhas de esclarecimento sobre o uso da água. "Na Bahia, estão sendo desenvolvidas ações de educação ambiental em todos os lugares onde foram, estão sendo ou serão investidos recursos do programa, como os sistemas de Amélia Rodrigues-Conceição do Jacuípe, Piritiba-Mundo Novo e Planalto-Barra do Choça", salientou Fraga Leite.



Gestão das águas é uma preocupação histórica

A necessidade de se aprimorar o gerenciamento dos recursos hídricos brasileiros tem sido uma preocupação constante desde o início do processo de industrialização do país, nas primeiras décadas do século XX. Em 1934, o governo federal editou o Decreto 24.643, criando o Código das Águas, que tratava do aproveitamento dos recursos para ações que atendiam os interesses da coletividade nacional, principalmente o uso industrial e a geração de energia hidroelétrica.

Entre suas determinações, o código já estabelecia quais águas públicas seriam de domínio da União e quais ficariam sob os cuidados e o controle dos governos estaduais. Além disso, indicava a obrigatoriedade de outorga para o uso de tais águas, estabelecendo um prazo de trinta anos para as concessões e autorizações.

Na época, as principais demandas eram provenientes do setor elétrico, que acabou tendo certa prioridade em relação aos outros segmentos usuários da água. Tanto que, ao longo dos anos, a

regulamentação e fiscalização dos recursos hídricos deixaram de ser competência do, então, Ministério da Agricultura, ficando a cargo da pasta de Minas e Energia.

A situação somente começou a se alterar com o desenvolvimento industrial, ocorrido primordialmente nas regiões Sul e Sudeste, e a criação de incentivos para a implantação de áreas irrigadas, a partir do Programa Nacional de Irrigação.

Com o grande crescimento do consumo, percebeu-se a necessidade de um gerenciamento que obedecesse a aspectos relativos à quantidade de água disponível e à qualidade destes recursos.

Simultaneamente, órgãos voltados para a gestão ambiental começaram a aparecer tanto nas estruturas do poder público quanto no âmbito da sociedade civil, apontando a urgência de medidas para se combater a poluição e a degradação da natureza como um todo.

QUANTIDADE E QUALIDADE

Houve, então, uma mudança no cenário, com a gradativa desarticulação

O que é outorga?

É o ato administrativo mediante o qual o Poder Público faculta ao outorgado o uso de um determinado recurso hídrico, por um prazo determinado, definindo-se o volume de água que pode ser utilizado e quais os objetivos de tal uso.

O processo de outorga deve estabelecer qual o uso mais adequado da água de uma região, levando-se em conta as demandas locais, a quantidade e a qualidade dos recursos disponíveis.

Na Bahia, a responsabilidade de conceder outorgas é da SRH - Superintendência de Recursos Hídricos.



da gestão das águas federais. Os aspectos quantitativos continuaram sob a responsabilidade do Ministério das Minas e Energia, através do DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, enquanto os aspectos referentes à qualidade dos recursos hídricos passaram, primeiramente, para a Secretaria Especial do Meio Ambiente, na época, pertencente ao Ministério do Interior, e depois para o então criado Ministério do Meio Ambiente.

Como consequência desta nova disposição, o gerenciamento das águas estaduais acabou acompanhando o modelo da União, tendo setores completamente distintos decidindo sobre o uso das águas sem uma visão articulada, cada um seguindo sua ótica.

LEI DAS ÁGUAS

A reformulação deste quadro só começou a acontecer há menos de dez anos, com a criação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, em dezembro de 1996, e a publicação da Lei 9.433/97, a chamada Lei das Águas, em janeiro de 1997, o que determinou a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Segundo a nova legislação, ANEEL é responsável exclusivamente pelo setor elétrico. Entre suas atribuições está a coordenação do regime de concessões e a fiscalização da produção de energia, promovendo uma articulação com os governos estaduais para o aproveitamento dos cursos d'água, sempre obedecendo às disposições da Lei das Águas.

Defendendo a descentralização da gestão dos recursos hídricos, que deve contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, a Lei 9.433/97 estabelece que a água é um bem de domínio público, dotado de valor econômico, de natureza limitada, devendo, em caso de escassez, ser utilizada prioritariamente para o consumo humano e a dessedentação de animais.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Com o objetivo de garantir as condições técnicas para a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos, foi criada a ANA - Agência Nacional de Águas, autarquia autônoma vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Uma das metas da agência é disciplinar a efetivação do modelo de gestão previsto pela Lei das Águas, que atrela todas as questões relacionadas ao uso dos rios às decisões dos comitês de bacias hidrográficas.

De acordo com a Lei 9.433/97, a composição destes comitês deve observar a participação de representantes da União, poder público estadual, administrações municipais, usuários das águas e outras entidades da sociedade civil organizada, principalmente, aquelas envolvidas com o uso e a preservação dos recursos hídricos.

Também são delegadas à ANA, a expedição de outorgas para o uso das águas federais e a adoção, em consonância com os comitês das bacias, de instrumentos para cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União.

Águas federais

As águas de domínio da União são aquelas que banham mais de um Estado, servem de limite entre o Brasil e outros países, ou ainda que se estendem a território estrangeiro ou dele se originam. Por exemplo:

- Rio Paraná (Brasil, Paraguai e Argentina);
- Rio São Francisco (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe);
- Rio Paraíba do Sul (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro);

Também são de domínio federal as águas em reservatórios construídos pela União, como por exemplo: reservatórios da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco.



Cobrança no Estado deve começar em 2005

Na Bahia, a cobrança pelo uso das águas está prevista no Plano Estadual de Recursos Hídricos e deverá estar em condições de ser implementada daqui a 12 meses. A informação foi dada pelo coordenador executivo de Gestão da SRH, Eduardo Cardoso Ribeiro, que ressaltou os benefícios sociais que serão alcançados com o sistema de cobrança. "Uma parte dos recursos arrecadados será investida em projetos sócio-ambientais na própria bacia de origem, a outra parte será aplicada em bacias mais deficitárias, principalmente no que se refere à infra-estrutura hídrica, como barragens, sistemas de captação de água e tratamento de esgoto", esclareceu.

A legislação baiana institui a obrigatoriedade de outorga de direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado da Bahia quando houver implantação, ampliação e alteração de

qualquer empreendimento que demande uma vazão superior a 43.200 litros por dia (0,5 litros por segundo), seja de água superficial ou subterrânea, bem como a execução de obras ou serviços que alterem seu regime, quantidade ou qualidade.

Essa determinação segue a Lei Estadual 6.855, de 12 de maio de 1995, editada antes mesmo da lei federal de 1997. "Isto demonstra que, na Bahia, a preocupação com o nosso futuro sócio-ambiental já está consolidada, inclusive se antecipando às ações do governo federal", avaliou Cardoso Ribeiro, destacando que a legislação estadual passa agora por uma reformulação para se ajustar a algumas exigências da Lei Federal 9.433/97, entre elas a criação de comitês de bacias hidrográficas, que serão os responsáveis pela gestão dos recursos hídricos.

Prioridades

O Estado da Bahia, através da Lei 6.855/95, fixou prioridades quanto à outorga do direito de uso da água, atendendo à ordem a seguir:

- a. abastecimento humano e animal;
- b. irrigação;
- c. abastecimento agroindustrial;
- d. abastecimento industrial;
- e. aquicultura;
- f. mineração;
- g. lançamento de efluentes;
- h. outros usos não discriminados.

Esta seqüência pode, no entanto, ser alterada ou ajustada às peculiaridades de cada bacia. Observa-se que a navegação terá seu uso assegurado onde possível e necessária. No caso de escassez de água, haverá racionamento de seu uso, considerando, preferencialmente, o abastecimento humano e animal, seguido dos usos com menor consumo unitário de água e, finalmente, os usos com maior benefício social.

Para o lançamento de efluentes e resíduos líquidos, os critérios e condições serão fixados em conformidade com a legislação ambiental.

Comitê de Bacia Hidrográfica Instrumento para uma gestão democrática

Regulamentados pela Lei Federal 9.433/97, os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) são órgãos colegiados que têm como objetivos principais promover o debate das questões relacionadas ao uso da água; arbitrar sobre os conflitos relacionados aos recursos hídricos; definir os mecanismos e valores para a cobrança pela utilização da água; e aprovar e acompanhar a execução dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias.

Participam da composição de um CBH representantes da União, governo estadual, administrações municipais, usuários da água e das entidades civis com atuação comprovada na bacia. "Juntos eles discutem e decidem sobre as questões referentes à bacia, desde a realização de intervenções estruturais

até o destino mais adequado para os recursos hídricos, se abastecimento, irrigação, uso industrial, lazer etc.", explicou o diretor geral da SPA - Superintendência de Políticas Ambientais da SRH, Emanuel Mendonça, avaliando que, nos comitês, ocorre uma verdadeira participação da sociedade em busca de soluções para os problemas sócio-ambientais. "Assemelha-se muito com a dinâmica de um condomínio residencial, onde todos juntos têm que decidir quais os rumos serão tomados pela coletividade", comparou.

"Entre os CBHs que estão em fase de implantação na Bahia, destacam-se as ações desenvolvidas nas bacias do Paraguaçu, Itapicuru, Salitre e Rio Grande", salientou Ana Cristina Mascarenhas, diretora de Relações Institucionais da SPA, lembrando que a Lei Estadual 6.855/95, editada antes da lei federal, não prevê a criação dos CBHs. "Mas as adaptações necessárias

estão sendo feitas e assim que a legislação baiana permitir estes comitês serão oficializados", disse. Este processo demandará a efetivação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que terá como uma de suas atribuições a responsabilidade de avaliar e autorizar a criação dos comitês.

Já em relação às bacias federais, o governo da Bahia integra os Comitês do Rio Verde Grande, na divisa com Minas Gerais, e do Rio São Francisco.

Agências executivas

Para o funcionamento dos CBHs, a Lei Nacional das Águas estabelece ainda a criação das Agências das Águas. Atuando como uma espécie de secretaria executiva de um ou mais comitês, cada agência tem como principais metas manter um banco de dados atualizado sobre a disponibilidade dos recursos hídricos e seus usuários; acompanhar a administração financeira e emitir



pareceres sobre projetos e obras a serem financiados com os recursos gerados pela cobrança; acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação; promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos; e elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

Pela Lei, a viabilidade financeira do funcionamento da Agência das Águas deve ser assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação. "Contudo este processo tem enfrentado problemas, como na Bacia do Paraíba do Sul, no Sudeste brasileiro, que possui uma legislação anterior à lei nacional, já realizou todas as suas adequações e, mesmo assim, teve a criação de sua agência executiva barrada pelo governo federal", frisou Ana Cristina Mascarenhas. Com isto, os recursos arrecadados acabaram contingenciados pela União, o que afetou a credibilidade do comitê. "Os usuários da água foram convencidos a pagar, mas até agora não viram o dinheiro ser investido em benefícios para a bacia", destacou a diretora da SPA.



PLANEJAMENTO A LONGO PRAZO

Uma das tarefas mais importantes de um Comitê de Bacia Hidrográfica é aprovar e implementar o Plano de Recursos Hídricos elaborado pela respectiva Agência das Águas. Responsável por todo o planejamento da bacia, a longo prazo, o plano tem como objetivo planejar a gestão, os usos e a preservação dos recursos hídricos, de modo a garantir que a água esteja permanentemente disponível, em quantidade e qualidade satisfatórias para atuais e futuros usuários. Tais objetivos são alcançados através da implementação de ações propostas nas mais diversas áreas, de forma a subsidiar eficientemente a tomada de decisões.

A Lei das Águas determina que o Plano de Recursos Hídricos tenha como conteúdo mínimo os seguintes tópicos:

- diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;

- análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;

- balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;

- metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;

- medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;

- prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

- diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

- propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

Para onde vai o Velho Chico?



Foto: Cau Rocha

Agendada para o mês de junho, a próxima reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBH-SF) terá entre seus pontos de pauta dois importantes itens. O primeiro será a aprovação do Plano de Recursos Hídricos, instrumento que servirá de base para a definição das futuras ações na bacia, a médio e longo prazos, definindo as diretrizes para o uso racional da água e a preservação da sua qualidade.

Outra questão será o aprofundamento das discussões acerca do projeto de transposição do Rio São Francisco, que prevê a transferência das águas do rio para o abastecimento dos estados localizados no Nordeste Setentrional, principalmente Ceará e Rio Grande do Norte.

Tomando-se como base a última

reunião do CBH-SF, a deliberação do colegiado continuará sendo assumir uma posição de cautela em relação à proposta. "Nunca seremos contra a captação de água para o abastecimento humano, mas o projeto não contempla apenas esse uso e ainda encontra-se obscuro em diversos pontos, inclusive os referentes à revitalização da bacia, o que não garante a sustentabilidade do processo", alertou o vice-presidente do Comitê, Jorge Khoury, secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (SEMARH).

Um dos questionamentos refere-se à operacionalização do sistema a ser construído e aos altos custos estimados, cerca de 6,5 bilhões de dólares. "Não sabemos quem vai pagar por isso. Para se ter uma idéia, a água para irrigação

ficará muito cara, fazendo com que os alimentos produzidos também tenham altos preços", afirmou o engenheiro agrônomo, José Cizino, diretor de Meio Ambiente da AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia. Segundo ele, até mesmo questões técnicas não foram esclarecidas, como a forma de transporte da água. "Se for através de canal aberto, uma grande volume será perdido via infiltração no solo e evaporação; se for através dos leitos dos rios, com a água sendo despejada sobre as cabeceiras próximas, este fluxo não chega a 500 km de sua origem; e, finalmente, a utilização de tubulações fechadas representará significativa elevação dos custos", explicou. Em qualquer destas opções há ainda o problema de segurança já que

não é possível assegurar que estas águas cheguem a seus destinos.

COMPENSAÇÃO

A cautela em relação à proposta é adotada também para além do âmbito do CBH-SF. "Há 10 km do leito do rio, existem áreas completamente áridas. Como um projeto deste porte pode ser executado sem que antes os próprios problemas da bacia hidrográfica sejam enfrentados?", indagou Manoel Pires Cardoso, diretor geral da SRH - Superintendência de Recursos Hídricos da SEMARH.

Até mesmo o anúncio de que dos 6,5 bilhões de dólares previstos, aproximadamente 1 bilhão seria

destinado a obras compensatórias nos Estados que integram a bacia - Bahia, Minas Gerais, Sergipe e Alagoas - não aumenta a simpatia pelo projeto. Para Cardoso, as medidas para a revitalização da bacia precisam ser feitas de qualquer modo, "com ou sem transposição". Ele lembrou que hoje existem projetos parados por falta de dinheiro.

A necessidade de se analisar todas as alternativas possíveis para a solução dos problemas foi defendida pelo secretário de Meio Ambiente. Segundo ele, pesquisadores afirmam que resultados mais satisfatórios podem ser obtidos através de projetos menos onerosos.

Destacando a importância histórica, social e econômica do rio, não só para

os estados que compõem a bacia, mas para o Brasil como um todo, Jorge Khoury reafirmou o compromisso do governo do Estado com a luta pela revitalização imediata do São Francisco.

Por ordem de Dom Pedro II, o engenheiro Henrique Halfeld realizou o primeiro estudo técnico sobre a transposição do Rio São Francisco, entre 1852 e 1854. Apesar dos avanços tecnológicos, a idéia central do projeto ainda é a mesma, provocando reações iguais. Entre os que declaram que seria a sentença de morte do rio e os que alegam ser a única solução para a falta de água, existem centenas de dúvidas.



Informar para preservar

Como preservar o meio ambiente viabilizando o desenvolvimento sócio econômico e a geração de emprego e renda? Essa é a principal preocupação do governo do Estado quando se discute a implantação de projetos de educação ambiental.

Diante das demandas colocadas para o futuro da humanidade, cada vez mais tem-se modificado as abordagens feitas sobre o tema. "Não podemos apenas dizer que um bem natural não pode ser explorado por uma comunidade, tendo em vista que isso pode significar a saída econômica para diversas famílias", declarou Caroline Todt Azevedo, diretora de Desenvolvimento de Estudos, Programas e Projetos da Superintendência de Políticas Ambientais. "A própria ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sempre afirma que não existe mais o 'não pode' e sim o 'como pode' quando tratamos questões ambientais", lembrou.

Segundo Azevedo, esta posição já vem sendo adotada pelo Estado há anos. Buscando a solução efetiva dos problemas, ações voltadas para a educação ambiental, têm sido desenvolvidas conjuntamente por diversos setores do governo. Um exemplo são as atividades que integram o projeto Viver Melhor Rural, que além da SEMARH, conta com a participação da Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secomp - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades

Sociais, SEC - Secretaria de Educação e Sesab - Secretaria de Saúde, sob a coordenação da CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, órgão que integra a Seplan - Secretaria de Planejamento.

AÇÃO COORDENADA

A intenção de se promover a transversalidade na atuação foi reforçada mais ainda com o surgimento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA). Formada por representantes de 28 segmentos sociais, a comissão já tem seu decreto de criação tramitando na Procuradoria do Estado.

"A CIEA reunirá entidades como sindicatos, associações de bairros, ONGs ambientalistas, igrejas, OAB, Ministério Público, além das esferas de poder dos municípios e do Estado, para traçar estratégias que garantam o atendimento às demandas da sociedade baiana", informou o superintendente de Políticas Ambientais, Emanuel Mendonça, informando que, até meados de abril, devem estar avançadas as discussões sobre a composição e o regimento interno da comissão.

De acordo com sua avaliação, Mendonça acredita que esta nova configuração facilitará a captação de recursos junto ao Ministério do Meio

Ambiente e organismos internacionais.

Esta posição também é defendida por Caroline Azevedo, que salientou o fato de que a Bahia sempre contou com excelentes experiências, tanto do poder público, quanto da sociedade civil organizada e do setor produtivo. "A falta de articulação entre os projetos impedia uma ação coordenada, fazendo com que empresas como Petrobrás, Coelba, Chesf e o próprio governo estadual desenvolvessem programas semelhantes ou complementares sem a troca de informações e experiências", disse.

PARCERIAS

A SEMARH tem buscado e sido procurada por entidades da sociedade civil para o estabelecimento de parcerias relacionadas à educação ambiental.

Alguns programas do governo atingem grandes áreas da Bahia. Para terem uma real eficácia, os projetos precisam contar com a participação das entidades não governamentais, promovendo a mobilização e capacitação de pessoal para atuarem localmente. "O governo, muitas vezes, não tem condições de elaborar um programa e ser o seu executor até o final, precisando da participação efetiva da sociedade civil", afirmou Azevedo, ressaltando que o próprio secretário do

Meio Ambiente, Jorge Khoury, fomenta que o planejamento, coordenação e execução dos projetos de educação ambiental na Bahia sejam feitos em parceria com as comunidades.



Declaração Universal dos Direitos da Água

A ONU – Organização das Nações Unidas instituiu o dia 22 de Março como o Dia Mundial da Água (Dia Internacional da Água Potável) e elaborou um documento intitulado "Declaração Universal dos Direitos da Água". Confira a seguir o conteúdo deste documento.

Art. 1º - A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

Art. 2º - A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado do Art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem.

Art. 3º - Os recursos naturais de transformação da água em água potável

são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia.

Art. 4º - O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Art. 5º - A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

Art. 6º - A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que

pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

Art. 7º - A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis.

Art. 8º - A utilização da água implica no respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.


Art. 9º - A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.

Art. 10º - O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra.

P R Ê M I O


BAHIA AMBIENTAL 2004

200 MIL REAIS EM PRÊMIOS



INFORMAÇÕES:
www.seia.ba.gov.br Tel.: (71) 3115.3838

ONDE TEM BAHIA,
O GOVERNO CHEGA LÁ.


**GOVERNO
DA BAHIA**
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE

INSCRIÇÕES ATÉ 31 DE MARÇO DE 2004